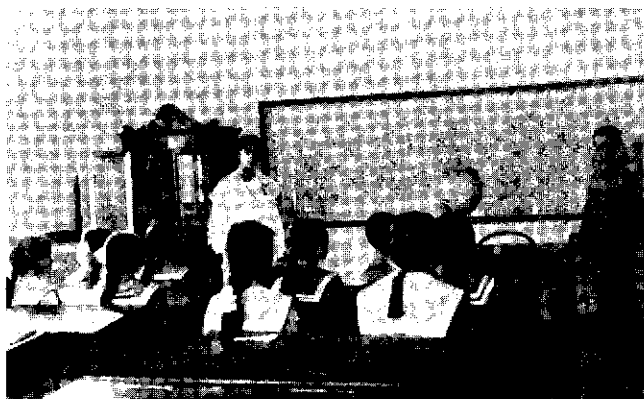


Mulheres Mineiras da República Velha

Profissão: Professora Primária*

Léa Pinheiro Paixão**



*Classe Mista de 4º ano durante uma aula de Aritmética" - Uberabinha

RESUMO

O artigo foi redigido a partir de depoimentos coletados junto a professoras primárias mineiras que iniciaram carreira entre 1924 e 1938. Procura-se, tomando-se como base esse corpus, compreender o significado que teve para esse grupo de mulheres o fato de assumir o magistério primário como profissão.

DESCRITORES: professora primária

ABSTRACT

This article is based on data obtained from interviews with primary school women-teachers who started working between 1924 and 1938 in the State of Minas Gerais. Its main purpose is to try to grasp the real meaning of teaching as a profession for these women.

DESCRIBERS: primary school-teacher

1 Este texto foi produzido a partir de dados coletados para uma pesquisa mais ampla sobre professoras primárias mineiras - anos trinta, realizada com o apoio do CNPq. Contou com a participação, na coleta dos depoimentos, das seguintes pesquisadoras: Ivete Diniz, Maria Júlia de Carvalho Pazzini Aguiar e Maria Pompéia Drumond.

Descritores: Professora primária

2 Profª da Faculdade de Educação da UFMG

Em pesquisa realizada recentemente foram coletados depoimentos orais de trinta e cinco professoras primárias mineiras que iniciaram carreira no período 1924/1938. A análise desses depoimentos permitiu realizar algumas reflexões sobre aquelas profissionais. Nesse texto são apresentadas as análises construídas em torno da seguinte questão: que significado teve, para aquele grupo de mulheres, assumir a profissão de professora?

1 - As entrevistadas

Foram entrevistadas trinta e cinco professoras. Elas nasceram entre 1898 e 1920 e iniciaram carreira entre 1924 e 1938. Sete são filhas de fazendeiros, cinco de profissionais liberais (dentistas e farmacêuticos), dez de comerciantes, sete de funcionários públicos e seis de outros trabalhadores urbanos (seleiro, carreteiro, lavadeira, tipógrafo, professor primário).

Das trinta e cinco professoras, dezenove são normalistas, dez, além do curso normal concluíram o curso da Escola de Aperfeiçoamento¹ e seis não passaram do curso primário. O quadro abaixo permite visualizar a relação entre o grau de escolarização atingido e a ocupação dos pais.

Escolarização das professoras segundo ocupação do pai

Ocupação do pai	Nível de Escolarização		
	Curso Primário	Curso Normal	Curso de Aperfeiçoamento
Fazendeiro	1	5	1
Prof. liberal	-	2	3
Comerciante	1	7	2
Func. público	2	2	3
Outros trabalhadores urbanos	2	3	1
TOTAL	6	19	10

1 Ao final da década de vinte foi criado em Minas o Curso de Aperfeiçoamento. Os diplomados nesse curso habilitavam-se a exercer as funções de professores de Curso Normal, diretores de grupos escolares, assistentes técnicos e orientadores técnicos (equivalente ao supervisor atual).. À medida em que a seleção dos candidatos à Escola de Aperfeiçoamento exigia prática e vivência do magistério em escolas primárias estaduais, ampliavam-se, para as mulheres, as chances de acesso a cargos de direção no sistema de ensino, até então ocupados, quase majoritariamente, pelos homens. O curso tinha duração de dois anos e compunha junto com outras medidas o plano de reforma do Ensino Primário e Normal da administração de Lrancisco Campos à frente da Secretaria do Interior que, aquela época, ocupava-se da educação. Sobre a Escola de Aperfeiçoamento ver PRATES (1989) e PEIXOTO (1983).

2 - O problema

A produção teórica, no campo pedagógico, mostra como a profissão de docente do nível primário de ensino foi objeto de uma crescente feminização neste século. Essa tendência não foi observada apenas no Brasil. Ela aparece, também em países como a Espanha (ENGUITA, s.d.), os Estados Unidos e a Inglaterra (APPLE, 1988).

A feminização da ocupação foi acompanhada de uma crescente desvalorização. A professora, em comparação com outros profissionais, teve seu salário e suas condições de vida degradados, e sua ocupação tem sido marcada por um processo de proletarização. NOVAES (1980) dá evidências desse processo, analisando a situação da professora primária mineira no período 1966-1980.

A pesquisa, já clássica, realizada por PEREIRA (1969), em São Paulo, no início dos anos sessenta, mostrou que as professoras primárias se viam como "proletários de gravata". ENGUITA prefere, no caso espanhol, colocar a docência, considerando-a em todo o seu conjunto, num espaço ambíguo entre o "profissionalismo" e a "proletarização".

Feminização e desvalorização são temas que surgem em todos os estudos que tomam a ocupação do magistério como objeto.

Essas duas características que acompanham a evolução da ocupação encontram-se correlacionadas.

A dominação dos cargos de professora primária pelas mulheres tem sido interpretada como decorrência da similitude entre a atividade de ensinar e a atividade que, socialmente, é do domínio das mulheres, ou seja, a atividade doméstica. O trabalho de ensinar na escola é percebido como extensão possível ou, mesmo, como uma preparação para o trabalho educativo desenvolvido pela mulher no âmbito da família.

A atividade de professora primária permite, segundo a ideologia mais difundida socialmente, uma acomodação e integração entre os papéis doméstico e profissional. Essa ideologia tem força explicativa até hoje, apesar de os dados obtidos em pesquisa terem mostrado sua contradição com as condições de trabalho de numerosas professoras.

"Todos os argumentos que contribuíram para fazer do magistério um gesto feminino caem por terra, contudo, à simples observação dos dados de pesquisa: 44% das professoras da amostra de Mello, trabalhavam 48 horas semanais, além de pelo menos cinco horas-extras de trabalho dedicadas ao preparo de aulas, correção de provas e outras tarefas: (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p. 7).

A feminização da ocupação de professora primária aconteceu no processo de institucionalização do Ensino Pri-

mário. O número de homens professores primários foi maior quando essa atividade ainda não era de responsabilidade do Estado, e o professor primário era um profissional autônomo, era o mestre do ofício de ensinar (ARROYO, 1985).

Com a publicização do Ensino Primário, a própria ocupação se transforma. O professor primário deixa de ser profissional autônomo para se tornar funcionário público. A profissão passa a ser mais controlada. Assim, na verdade, a ocupação, que vem a ser, gradativamente, mais feminina, quase monopólio das mulheres, não é a mesma que, antes, atraía um número maior de homens.

Analisando fenômeno parecido nos Estados Unidos, APPLE dá a seguinte explicação:

"O magistério tornou-se feminino, em parte porque os homens o abandonaram. Para muitos homens, o custo de oportunidade era muito alto para permanecerem no magistério. Muitos professores ensinavam em tempo parcial (por exemplo, entre as colheitas) ou como ponto de partida para outros empregos mais lucrativos ou prestigiosos. Mas com o crescimento da classe média nos Estados Unidos, com a formalização do ensino e dos currículos na segunda metade do século passado, e com os maiores requisitos de credenciais e certificados que passaram a ser exigidos para o magistério nessa época, os homens começaram a - e quase sempre conseguiram - procurar trabalho em outro lugar". (APPLE, 1989, p. 18)

É possível que entre nós, também, os homens tenham abandonado a profissão por motivos parecidos. Parece que, enquanto profissionais autônomos, o exercício da profissão de professor primário permitia a acumulação de outras atividades profissionais. Uma de nossas entrevistadas, a única filha de professor primário, relata a multiplicidade de atividades que o pai desempenhava na pequena cidade em que moravam. Ele era, além do professor primário, alfaiate, tipógrafo, jornalista e maestro.

Não existem estudos sobre a transformação da ocupação que permitam afirmar que aquela explicação de APPLE para o caso americano se aplica ao caso brasileiro, mas é, sem dúvida, uma hipótese que merece ser analisada.

No momento, no entanto, é suficiente afirmar que a institucionalização do ensino acarretou o afastamento do homem e estimulou a participação da mulher nos quadros docentes. Essa institucionalização foi, evidentemente, acompanhada da definição dos atributos necessários ao exercício do magistério e da estruturação de um monopólio. Com a institucionalização, o monopólio de ensinar na escola primária passa a ser das normalistas. Esse processo foi sendo

construído, lentamente, ao longo de várias décadas. A prática do sistema de ensino não se ajustou, como sói acontecer a essa instituição, de forma imediata à regulamentação oficial, que caminhou à sua frente.

A análise do sistema de ensino, quando enfocada a partir da ótica dos instrumentos legais, apresenta cortes muito claros, que orientam a periodização da reconstrução da História da Educação e dessa institucionalização. Quando, porém, a análise se faz a partir da perspectiva dos atores responsáveis pela prática, os cortes são menos claros, o movimento de mudança é mais lento e o sistema de ensino se deixa apanhar na inércia que o caracteriza (BOURDIEU e PASSERON, 1970).

Ao analisar depoimentos orais coletados junto a professoras primárias mineiras que iniciaram carreira entre 1924 e 1938 a discussão de alguns pontos relativos à sua condição profissional tornou-se necessária.

As professoras entrevistadas são testemunhas do período em que o sistema de ensino se institucionalizava e é lembrado, com saudades, como a "idade de ouro" do professor quando ele "tinha o mesmo valor e a mesma retribuição monetária do promotor e do delegado de polícia" (PEREIRA, 1969, p. 173).

Para mulheres das classes média e alta, na "idade de ouro", essa profissão apresentava-se como sendo uma das poucas consideradas respeitadas (GOUVEIA, 1970). Ser professora primária podia também, para algumas mulheres, representar uma possibilidade de ascensão social. Essa responsabilidade, assim como o significado da profissão nas trajetórias de vida das professoras entrevistadas apontam para uma realidade complexa e, sobretudo, ambígua. É a discussão de alguns pontos relativos e essa realidade captada na leitura dos depoimentos coletados entre as professoras entrevistadas que esse artigo pretende apresentar: a relação entre carreira e casamento, os motivos que parecem ter influenciado as professoras na decisão de assumir uma profissão, a discussão de certas condições de respeitabilidade da profissão. A apresentação desses pontos pretende contribuir para ampliar o quadro de explicação sobre a profissão docente no ensino primário, profissão quase que exclusivamente feminina.

À medida que foram tomados e estudados os depoimentos, as questões relativas à condição feminina cresceram em importância, tonando obrigatório o diálogo com a literatura existente sobre o assunto.

Normalmente, os estudos sobre Educação têm-se beneficiado pouco dos trabalhos realizados sobre a mulher, e vice-versa. Por isso BRUSCHINI & AMADO (1988), autores de artigo que analisa algumas questões sobre o magistério, sugerem:

"No caso de Magistério, levar em conta aspectos como a histórica socialização da mulher para ser professora, o estreito leque ocupacional com o qual ela se defronta ao fazer suas escolhas, os motivos que as justificam, assim como as análises mais profundas da confusão entre os papéis de mãe e de mestra poderia levar a uma avaliação mais completa e integrada da relação da professora com os alunos, de sua conduta em sala de aula e da sua atuação profissional de modo geral. Se a condição feminina explica o discurso da vocação e do amor e se este encobre, como um véu, as condições concretas em que se efetua a prática pedagógica, levar em conta as relações de gênero talvez contribua para levantar sua ponta" (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p. 11).

Ao assumir como central a questão do gênero, o presente estudo pretende contribuir para se compreender melhor a profissão de professora primária, levantando, talvez, algumas das pontas de que falam as autoras na citação acima. A preocupação com a dimensão de gênero, evidentemente, não reduz a importância de outra variável: classe social. Pelo contrário, a articulação entre ambas é indispensável, quando se pretende conhecer as trajetórias escolares e profissionais de um grupo de mulheres que se dedicaram à atividade de ensinar, como as entrevistadas.

Porque, se é verdade que as mulheres, em geral, assumem papéis sociais de submissão num mundo patriarcal como o do período em que viveram as entrevistadas, a forma por que se concretiza essa submissão é diferente, segundo a origem social da mulher. Enquanto a fazendeira, por exemplo, administra o espaço doméstico, a camponesa assume as tarefas domésticas, executando-as e não apenas administrando-as, em acumulação com as atividades duras do campo. Ser mulher de fazendeiro era, com certeza, muito diferente de ser mulher de lavrador. Aprender a ser mulher na primeira família era diferente de aprender a ser mulher na segunda. As condições concretas, materiais e simbólicas em que o padrão patriarcal era aprendido e vivido tornavam essas experiências de vida muito diferentes.

Assim, gênero e classe social (e frações de classe) foram constituindo ferramentas fundamentais no trabalho de reconhecer as professoras primárias entrevistadas, e sua utilização balizou a seleção das questões privilegiadas neste estudo. Nesse percurso, foi fundamental a contribuição das próprias entrevistadas. No contato com elas, e no diálogo estabelecido a partir daí, o caminho da pesquisa foi sendo construído. Apesar da existência, desde a realização da primeira entrevista, de um roteiro aberto de perguntas que visava à problematização do tema e refletia o caminho já percorrido na definição do objeto do estudo, o diálogo com as professoras

foi indicando a necessidade de incorporar questões novas, de reavaliar a prioridade dada a outras, enfim, de redimensionar o desenho do trabalho já realizado.

Esse processo de problematização que se estendeu ao longo da coleta de informações foi facilitado pela metodologia de pesquisa adotada: o depoimento oral. O diálogo que se estabelece no contato direto com as professoras faz com que, de maneira mais natural, o informante se torne, de certa forma, cúmplice na construção do objeto de estudo.

3 - Marido de Professora - quando a mulher define o status do marido

Tendo em vista o fato de que, para a mulher, de forma mais aguda no início do século, o futuro dependia, em primeiro lugar, do casamento, a primeira pergunta que se impõe refere-se à relação entre carreira e casamento.

Dentre as entrevistadas, vinte e nove começaram a trabalhar cedo, antes dos vinte anos. A maior parte das normalistas foi lecionar logo após a conclusão do Curso Normal. Das seis que começaram mais tarde, uma era viúva, duas eram casadas e as demais, solteiras.

Para as que começaram cedo - a grande maioria - coloca-se uma questão: ser professora era fator de ampliação ou de restrição das oportunidades matrimoniais? Se era verdade que havia acomodação da profissão ao padrão doméstico, o fato de ser professora não deveria ser considerado negativo do ponto de vista dessas chances.

A hipótese que a análise realizada permite avançar é a seguinte: a adoção da profissão joga um papel no mínimo ambíguo em relação ao casamento, via prioritária de construção do futuro da mulher. Ela não ampliava as chances de realização do casamento nos padrões sociais considerados mais adequados. Pelo menos em relação a certos padrões construídos a partir da definição clássica da divisão de papéis no casamento: ao homem cabe prover a casa e à mulher, a administração ou realização das tarefas domésticas. Basicamente, o papel feminino prioriza o âmbito do doméstico, vivido diferentemente segundo o lugar social ocupado pela mulher. O doméstico da mulher da classe dominante não é o mesmo vivido pela mulher operária.

A desconfiança em relação à carreira como extensão do papel feminino, ou da harmonia imediata e completa entre carreira e casamento surgiu, pouco a pouco, durante a realização da pesquisa, e teve como mediador o surgimento de um personagem - "o marido da professora". Com certa frequência, ele esteve presente no discurso das entrevistadas. E ele representava sempre o perigo que elas corriam de realizar um casamento "inadequado", um mau casamento. O "marido de professora" era uma ameaça às moças. E alguns homens, pelo menos aqueles que não queriam parecer como fugindo

ao padrão, como "marginais" no casamento, também tinham ser conhecidos como "maridos de professora". É interessante retomar alguns depoimentos, no que se refere ao personagem:

"Eles até falavam que tinha o cargo de marido de professora. Porque marido de professora não precisava trabalhar" (Elisa, filha de farmacêutico).

"O papai tirou ela do colégio, porque ele disse que não queria ser marido de professora. Dizia ele que se chegasse mudança numa cidade, não ia falar que chegou a mudança de fulano, mas, sim, a mudança da professora" (filha de uma entrevistada).

"Os homens tinham certo preconceito em casar com professora, porque chamavam o homem de marido de professora. Eles não queriam isso" (Francisca, filha de lavadeira).

"Os homens não valorizavam a professora primária. Até era muito criticado lá! Ah! marido de professora" (Margarida, filha de fazendeiro).

"Porque muita professora já vivia de salário. Tanto que, antigamente, muito rapaz falava que só se casava com a moça se ela deixasse de ser professora. Porque todo marido dizia que a professora sustentava o marido" (Maria Júlia, filha de funcionário público).

"Ele (o marido) era oito anos mais moço que eu. E eu não queria casar, não! Porque naquela época tinha aquele negócio de falar que casar com a professora..." (Lourdes, filha de comerciante).

"O chique, nessa época, era ser marido de professora para não trabalhar! Hoje, ninguém quer casar com professora" (Maria Helena, filha de comerciante).

A figura do "marido de professora" pode ser encarada por dois ângulos, quando se considera a mulher. Se, por um lado, ela, enquanto professora, corria o risco de casar com um homem preguiçoso, que subverteria, em termos, evidentemente, o conteúdo dos papéis do homem e da mulher, por outro lado, o fato de ser professora poderia ser um fator de atração, mas atração de parceiros mal vistos socialmente.

O "marido da professora" obriga a colocar em discussão a harmonia fácil entre casamento e carreira. É verdade que era possível à mulher assumir publicamente uma profissão, mas ela, em alguns casos, pagava um determinado preço, socialmente. Ela se distinguia das demais, porque, articulando os dois papéis, doméstico e profissional, fugia ao padrão

mais conservador de casamento. Nesse caso o "status reflexo" que na sociedade patriarcal ocidental marca o lugar de mulher, status derivado do status do homem, apresenta uma inversão. É o homem que tem o seu lugar definido a partir do status da mulher. Essa inversão traz marcas de uma certa "marginalidade" social.

Ao perigo de atrair um marido preguiçoso, contrapunha-se uma vantagem importante de ser professora, para a mulher. A vantagem articula-se com a possibilidade de não-casamento. A profissão era, desse ponto de vista, não uma extensão, mas uma alternativa ao casamento. Profissão respeitável, se vivida sob determinadas condições, como se verá a seguir, poderia garantir a manutenção e uma certa independência individual à mulher, poupando-a de viver às expensas dos irmãos ou das irmãs casadas. Evidentemente, essa era uma das poucas alternativas profissionais para a mulher, mas era uma opção de caráter profissional, em que o que contava, principalmente, era a possibilidade de obtenção de salário regular. Essa percepção do magistério como alternativa para o casamento, como um certo seguro para o futuro, é explicitado por Alice Brant em suas memórias:

"Depois de moça já terei cadeira de professora ou um marido, e não precisarei de broche furado" (MORLEY, 1963, p. 166).

Assim como Alice, algumas das famílias das entrevistadas encararam tanto a realização do Curso Normal como o magistério, como possibilidade profissional que poderia garantir a manutenção futura da filha, após a morte dos pais, se ela não se casasse. Carolina, por exemplo, a filha de comerciante que mantinha loja na rua dos Caetés, em Belo Horizonte, revelou que essa preocupação era explicitada por seu pai, nos contatos com a família.

"Fui dar aula, mas não como quem precisava trabalhar. Agora...meu pai teve sempre uma idéia; porque ele conversava com a gente; naquela ocasião tinha mesa, todo mundo almoçava e jantava junto e... tudo". "Meu pai sempre nos educou assim, que nós devemos ser alguém na vida, sem depender de marido, de pai..."

No decorrer do depoimento, Carolina explicou que esse estímulo à independência visava, mais precisamente, a dar à filha que não se casasse condições de se manter sem cair na situação difícil de dependência dos irmãos casados. Nesse caso, parece claro que a profissão é vista como possibilidade, para mulher solteira, de manter um certo padrão de vida após a morte do pai. Na verdade, essas duas idéias - de um lado, a possibilidade de atrair um companheiro "preguiçoso" e de realizar um mau casamento, e, de outro lado, a idéia de que

a profissão de professora era percebida como alternativa ao casamento, na estratégia de definição do futuro da mulher - no mínimo, levantam suspeitas de que aquela acomodação entre padrão doméstico e profissão merece ser mais explorada e é um pouco mais complexa do que se supunha.

4 - Por que ser professora?

A leitura dos depoimentos coletados permitiu levantar alguns dos motivos que explicam por que essas professoras decidiram assumir a profissão docente. Foi um trabalho difícil e exaustivo. Em vez de selecionar os trechos em que as próprias entrevistadas explicitam o que consideram sua motivação mais importante, buscou-se realizar um trabalho de dedução, partindo da compreensão mais geral da trajetória de vida de cada uma delas. Ou seja, cada entrevista foi lida e relida muitas vezes, até que emergisse uma espécie de lógica interna. E foi a partir da percepção dessa lógica, contraposta ao discurso, que se tentou levantar alguns dos possíveis motivos que explicariam a opção pela carreira.

Em alguns casos, o discurso sobre o motivo entrou em contradição com o que a trajetória de vida levava a supor. Elas, em geral, tendem a reproduzir os argumentos conhecidos sobre a vocação, o amor à profissão, etc., e têm uma certa dificuldade em admitir que começaram a trabalhar porque precisavam ou gostariam de poder contar com um salário. Uma delas, por exemplo, filha do dentista, começou a trabalhar aos dezesseis anos, logo após a conclusão do Curso Normal, porque precisava do dinheiro. Seu pai ficara doente e ela e o irmão foram obrigados a assumir o lugar dele na administração do núcleo doméstico. Os dois sustentaram a casa. Em seu depoimento, ela declarou:

"Então eu fui a primeira a começar a trabalhar. Mas eu tinha amor à minha profissão. Apesar de eu precisar de dinheiro, eu não trabalhava por dinheiro. É o que falta hoje, é o amor. Não se pode abraçar a profissão sem amor. Porque não dá! né? Do magistério, a gente leva a consciência do dever cumprido, a alegria das crianças".

Ela, como outras, através do discurso, procurou reduzir a importância do salário. O dinheiro sobre a profissão segue os parâmetros repetidos e difundidos; no entanto, a trajetória de vida aponta para outras razões mais pragmáticas. O que não quer dizer, evidentemente, que a profissão não tenha sido encarada como realização, vivida com um certo prazer, na maioria dos casos.

4.1 - Contribuir para manutenção da família

Como aquela professora, várias outras começaram a trabalhar em circunstâncias em que o salário era fundamental para

a família, e não apenas um acréscimo ao orçamento: o salário parecia ser indispensável à manutenção. Em pelo menos doze histórias essa situação marcou o início da carreira das professoras. Três delas não tinham realizado Curso Normal. A que começou mais cedo foi a filha do professor primário. Aos treze anos, ela substituiu o pai, que saía para realizar as outras atividades que exercia: alfaiate, tipógrafo, maestro e jornalista. Começou nessa escola particular do pai, e depois conseguiu um lugar de professora na rede pública de ensino.

Das professoras que precisavam do salário, ao iniciar a carreira, dez eram solteiras e ajudavam a família; uma era casada com um sapateiro, e, como ele era pobre, teve necessidade de trabalhar; uma última só começou a trabalhar mais tarde, após a morte do marido, quando o salário de professora foi a fonte de recursos possível para educar a filha.

Nas histórias relatadas por professoras que precisavam de trabalhar para ajudar a família de origem, aparece, com frequência o relato de situações difíceis que acarretaram deterioração nos padrões de vida: três perderam o pai por morte, uma perdeu o marido, duas assistiram o pai doente. Em decorrência das mortes e doenças, essas professoras assumiram, muito cedo, responsabilidades familiares que tornavam seu salário de professora necessário. Uma outra professora foi criada, desde pequena, pela mãe lavadeira. Nesse caso, a situação de corte aconteceu muito cedo para ela. O pai abandonou a família logo após o seu nascimento.

Falta, ainda, fazer referência a três professoras que também começaram a trabalhar cedo e que não viveram situações de corte; não houve nem morte nem doença que tivesse provocado alterações importantes em suas condições de vida. São justamente três professoras que começaram a trabalhar por necessidade, ajudando aos pais, que eram professores primários. Num caso, era pai, já citado, que desempenhava a função e, nos outros dois, eram as mães as professoras primárias.

A distribuição dessas professoras nos grupos analisados se apresenta da seguinte forma.

Grupos	Professoras que precisaram do salário ao iniciar a carreira	
	Solteiras	Casadas
Fazendeiros	-	-
Profissionais Liberais	2	1
Comerciantes	1	1
Funcionários Públicos	2	-
Outros Trabalhadores Urbanos	5	-

Para a maior parte dessas professoras, o emprego assalariado possibilitou reequilibrar a situação material da família, defrontada com eventos perturbadores ou, então, escapar ao exercício de atividades manuais penosas, como a de lavadeira.

4.2 - Buscar Melhor Padrão de Vida

Nesse caso, a professora ou sua família percebeu e investiu na profissão a partir de suas possibilidades de impulso na melhoria das condições de vida.

Essas professoras foram, em geral, alunas que se destacaram nos estudos em relação aos irmãos. Muitas delas enfrentaram, para obter o título de professora primária, condições de estudo adversas mas suas famílias empenharam-se na profissionalização das filhas como forma de dar-lhes vida melhor que a sua.

"Eu nasci em Montes Claros, norte de Minas. Minha mãe era filha de baianos e meu pai era daquela região do São Francisco. Eles se encontraram em Montes Claros e naquela época diziam que ele já estava de muita idade para se casar. Ele casou-se com 32 anos. E tinham uma vida muito simples. Não tinham instrução, meu pai aprendeu a ler depois de adulto. Mas ele era pessoa muito idealista em relação à gente. Somos nós duas irmãs e ele queria muito que a gente estudasse, progredisse na vida; que tivéssemos uma vida diferente daquela que eles tinham. E aconteceu que ele faleceu aos 47 anos de idade. Eu estava iniciando a Escola Normal..." (Laura, filha de sapateiro).

Também para melhorar de vida, outra professora, Rosa foi ser professora primária. Melhorar, para ela, significava deixar a ocupação de lavadeira exercida pela mãe e por ela própria, durante um período da vida.

4.3 - Buscar Relativa Independência

Algumas professoras, quando começaram a trabalhar, viviam sob a dependência paterna, mas desejavam ter um padrão de consumo que as condições financeiras da família não permitiam. Para elas, o salário de professora possibilitava a aquisição de bens que os pais não podiam ou não queriam financiar; significaria, então, uma relativa independência para comprar os vestidos, os sapatos, os chapéus, os perfumes ou pagar as viagens no período de férias. Diva, filha de comerciante, é um bom exemplo desse tipo de professora. Ela disse que assumiu o primeiro emprego, porque "queria ser independente".

"...porque meu pai só dava pra gente, como usava antigamente, um vestido dia primeiro de janeiro".

Elisa, que morava em Corinto, gostava de gastar dinheiro em Belo Horizonte:

"Porque eu era apaixonada por Belo Horizonte. A gente trabalhava, ganhava um dinheirinho para poder passear aqui. Meu tio, que morava aqui, dizia que a gente vinha para cá, para dar o nosso dinheirinho para os turcos da rua Caetés. Porque, naquela época o comércio forte era na rua Caetés. A primeira coisa que a gente fazia, quando chegava aqui, era fazer um vestido e comprar um sapato para poder passear".

4.4 - Buscar Atividade de Trabalho fora do Lar

Ainda foi possível identificar professoras que buscaram o magistério como uma profissão; é um pouco diferente da motivação anterior. Aqui parece que elas estavam desde o início, interessadas em investir na carreira profissional, como alternativa de vida. E, como uma das poucas possibilidades profissionais para moças, da categoria social delas, era a docência, foram ser professoras primárias. São mulheres que investiram em suas carreiras como opção importante na definição de suas vidas. Por isso mesmo, algumas não se casaram, porque, segundo disseram, "esqueceram de casar", dado o envolvimento com a profissão.

Ondina, filha de fazendeiros, é um exemplo de história em que o interesse pelo trabalho foi sempre muito importante. Logo após concluir o Curso Normal, foi lecionar, apesar da oposição de sua família, investiu em sua carreira fazendo Curso de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte. A família apostou que a opção pela carreira "era fogo de palha", e que ela iria desistir logo. Mas ela trabalhou como professora e depois como diretora, e aposentou-se após cinquenta anos de atividades.

4.5 - Fugir do Campo

Trabalhar como professora, assim como realizar o Curso Normal, permitiu a Berenice, nascida em 1906, escapadas condições de vida reservadas a uma mulher como ela, filha de pequeno proprietário: tropeiro que vivia num arraial próximo a Viçosa. Seu depoimento merece ser apresentado, à medida que explicita um motivo que, em outros depoimentos, aparece de forma mais velada.

Berenice contou como conseguiu que a família, em primeiro lugar, a enviasse ao colégio para fazer o Curso Normal e, depois, falando de sua carreira, como a motivação para fuga do campo foi importante em sua vida.

"Um dia papai falou: - Ô Raquel! Você precisa muito de Berenice para o serviço de casa? - Não. Por quê? - Porque é para ela ir comigo e José preparar o terreno dos fundos para uma plantação de arroz. Eu não achei muito bom e José falou: - Vamos! que que você vai ficar fazendo dentro de casa?"

"Eu fui capinando até um certo ponto, depois minhas mãos ficaram ardendo muito".

"Meus pés molhados no brejo, me deu um repente, eu ajoelhei, olhei para a igreja e falei" - Senhora da Conceição, minha mãe, tirei-me desse brejo, que eu não nasci para ficar com calo de enxada na mão; levai-me para o colégio para eu estudar, para ser professora e voltar a ensinar os alunos, que muitos não aprenderam e podem aprender. Tinha outra enxada mais pesada, José falou assim: - Ô Berenice, ó seu colégio aqui!

Tornei a ajoelhar e pedi: - Senhora da Conceição! gritei mais alto e meu pai,... assim... na frente... quando ele ouviu, parou e ficou olhando para o chão. Minhas mãos estavam ardendo muito. Aí, eu tornei a pedir. Nisso, mamãe chamou para o jantar. Quando chegou lá em casa papai contou pra ela o que tinha ouvido de minha boca.

- Ô Bernardo! eu deixei você levar Berenice para não haver concessão, mas enxada não foi feita para mulher, não!

Ele foi escutando calado. Aí José falou:

- Uai! que tem? Se eu posso capinar, ela também pode!

Mamãe falou: - você é um sexo, dela é outro, muito diferente. Suas mãos já estão acostumadas a serviços pesados. Ela é só na cozinha e na costura me ajudando".

"Quando foi 'a noite, eu escutei do meu quarto... papai falando assim: - Ô Prazeres! que você acha? Vamos dar providências para levar nossa filha para o colégio? Ela disse: - Primeiro vamos fazer o seguinte, vamos reunir, todos na cozinha de noite. Chamou todos, perguntou a José, que era o mais velho: - José, você quer ir para o Seminário de Mariana, estudar?"

- Eu não! Ele já conhecia mais ou menos. Ele ia com papai levar mantimentos.

- Blandina, você quer ir para o colégio estudar? Ela respondeu: - o que sei dá eu para viver! Não. Eu estava aflita para dar a resposta. Os outros eram menores. Eu respondi:

- Você não quer ir para o seminário e você não quer! quero eu! sim!

Aí papai e mamãe falaram: - Então vamos preparar Berenice para o Colégio de Mariana.

Casada mais tarde, já trabalhava como professora e foi lecionar em uma escola rural. Mas deu logo um jeito de sair, porque se resentia da falta da cultura mais própria do meio urbano.

"Na verdade eu me desenvolvi na minha profissão, mas o ambiente era bastante pobre e, ao invés de progredir, eu estava regredindo, e, principalmente, no modo de conversar e, em sociedade, por muito que a gente força para não adquirir aqueles costumes, quando menos espera... formar para ficar a vida toda na escola rural, não! quero melhorar".

..."continuei a trabalhar(depois de casada) porque já tinha sete anos de magistério. Nesta ocasião ele(o marido) tocava o movimento da fazenda da mãe dele. Pensei: - é fazenda da mãe e dos herdeiros, não é dele! e depois não me interessava ficar mais na zona rural".

Para Berenice, a docência funcionou como estratégia de fuga à vida do campo.



Escola Rural Míxta de Campos Altos

4.6 - Buscar Atividade Interessante

Outras professoras procuravam, ao trabalhar, desenvolver uma atividade mais interessante do que aquelas previstas pelo padrão doméstico. Elas não precisavam de salário para sobreviver, nem se referiram a motivação de consumo feminino. Elas são, em geral, mulheres dinâmicas que, parece, não se satisfazem pessoalmente com as atividades mais enquadradas no que se poderia nomear padrão doméstico. Elas gostavam de se movimentar, de contatos sociais, de participar de eventos que a condição de professora facilitava. Algumas começaram a trabalhar cedo e outras, em menor número, mais tarde, como Sara, filha de funcionário público.

(dava aula) "Porque gostava. Era para preencher a vida, porque lá não tinha distrações, não tinha nada! A gente tinha de trabalhar para preencher os dias".

Elvira, filha de fazendeiro, ao lhe ser perguntado porque foi trabalhar, respondeu:

"Porque queria. Saí do colégio com vontade de trabalhar. Eu gostava de festa. Era animada e festeira. A primeira comunhão era uma festa. Na semana da criança, nos intervalos dos turnos, todos os dias, tinha teatro, representação, sorteio de prendas. E todas as datas cívicas eram comemoradas. Fazíamos a parada de Sete de Setembro".

Como professora primária participava mais ativamente que hoje das atividades sociais da cidade, o magistério permitia que essas moças ampliassem os limites do espaço feminino. Dada a importância da professora primária, seu espaço social não ficava limitado à escola.

5 - Professora - uma profissão respeitável?

Sem dúvida nenhuma, a professora primária era objeto de respeito por parte das demais pessoas, e essa profissão era uma das poucas que a mulher de classe média ou dominante podia assumir. Muitas das entrevistadas recordam-se do prestígio de que a professora era objeto, nas primeiras décadas do século, quando começaram a trabalhar:

"Em todo lugar que você ia, a professora primária tinha o seu valor. Não é como hoje, não! Ser professora era bom demais! A gente tinha regalia" (Odete, filha de funcionário público).

"A professora era muito acatada... , professora naquele tempo era uma coisa! só vendo! como se fosse até médico, se não estiver exagerando; era muito bem recebida, muito respeitada mesmo" (Arlete, filha de funcionário público).

No entanto, algumas professoras não sentiam a profissão da mesma forma. Carmelita, por exemplo, filha de profissional liberal, acha que o prestígio da professora era "muito pouco", e Sara, filha de funcionário público, que era valorizada por algumas pessoas, não por todas. Com frequência a relativização do prestígio, nos depoimentos, vem acompanhada de observações sobre os baixos salários que recebiam.

Existe uma dificuldade na análise dos depoimentos sobre o prestígio e valorização que a professora primária tinha no início da carreira, que corresponde, em geral às primeiras décadas do século. Mais do que outros itens da entrevista, esse é um item cuja resposta necessita ser analisada com

muita cautela. Ela coloca em questão o lugar social ocupado pela própria pessoa e que, de certa forma, dá sentido a toda a sua existência, uma existência que está no fim. Tendo em vista a idade delas, o sentido que teve sua vida. Daí, a tendência mais natural pode ser a de ampliar a importância e responsabilidade de que eram objeto no passado.

Essa cautela não impede, no entanto, que se ressalte o aparecimento de contradições nos depoimentos acima. Muito pelo contrário, ela tem o efeito de ampliar a importância dos depoimentos que apontam para o questionamento da unanimidade em torno da valorização do professor, na sociedade.

A essa primeira nuance introduzida pela avaliação das entrevistas sobre a valorização da professora uma outra merece ser acrescida. Essa foi deduzida de um confronto entre discurso e trajetória.

Através do discurso de várias professoras, foi possível compreender que a aceitação, por parte das famílias, da profissionalização das filhas incluiu dois fatores. Fatores relevantes do ponto de vista da condição de gênero. Por um lado, ser professora, provavelmente, era visto como profissão conveniente à mulher, por causa do próprio ambiente de trabalho, que supunha contatos pouco frequentes com o sexo oposto, ou seja, porque era uma profissão exercida em ambientes mais femininos. Os pais, como disse Sílvia (filha de profissionais liberais) "não gostavam que as filhas trabalhassem no meio de homens". Por outro lado, a profissão permitia que a filha se mantivesse sob a proteção paterna até o casamento. Às mulheres não era permitido afastar-se do núcleo familiar. Carmelita, filha de profissional liberal, queria ser enfermeira para trabalhar com o irmão, mas o pai não consentiu, porque "filha não podia ficar longe de casa", "ficar longe de casa era ruim".

Essas duas dimensões que as entrevistadas, indiretamente, mostraram ser consideradas por suas famílias como positivas no exercício da profissão fizeram emergir a importância, na análise das trajetórias, de um fato: a forma pela qual as professoras iniciaram sua carreira. Se, à família patriarcal da época, interessava preservar a mulher de contatos masculinos e mantê-la sob sua proteção direta, então, era fundamental privilegiar, no estudo, as respostas às seguintes questões: como as professoras começaram sua carreira de forma a manter a proteção familiar? Em que situações elas puderam ou foram obrigadas a sair do vínculo familiar protetor?

A descoberta da importância dessa questão só foi aparecer após percorrido um longo caminho na busca da compreensão da lógica interna das trajetórias profissionais das entrevistadas. A partir daí, a forma pela qual as professoras começaram a carreira passou a ser observada atentamente. Basicamente, cinco situações foram encontradas.

A primeira situação era, provavelmente, considerada ideal - a professora começava a trabalhar na cidade em que morava com sua família, sem encontrar dificuldades na realização do seu projeto profissional. Elas eram, em geral, filhas da classe dominante ou de frações da classe média que participavam, na localidade onde moravam, do poder político dominante. Era fácil, natural mesmo, encontrar uma vaga no grupo escolar da cidade. Nesse caso, a professora começou a trabalhar quando quis.

A segunda situação era a de outras professoras que também começaram a trabalhar na cidade onde moravam, sob a proteção da família, mas tiveram que esperar um pouco até conseguir uma vaga no grupo escolar da localidade ou em escolas situadas nas proximidades da cidade. A família não tinha necessidade de sua contribuição financeira para a própria manutenção e, por isso, era possível esperar por uma vaga para mantê-la junto à família. Enquanto esperavam, algumas professoras realizaram atividades tais como costura, bordado, crochê, tarefas domésticas. Ou, então, elas trabalhavam como professoras, dando aulas particulares até que a vaga no sistema de ensino aparecesse. Em geral, esse prazo de espera era curto, já que suas famílias tinham prestígio político, mantinham relações com lideranças políticas locais ou participavam delas.

Uma terceira situação que pode ser considerada menos positiva para as mulheres foi aquela em que a professora não conseguiu obter vaga em escolas na cidade onde morava, nem nas proximidades de casa, e a necessidade ou o desejo de trabalhar impedia que ela se submetesse àquele período de espera. Na verdade, a estratégia da espera, utilizada pelas professoras na situação anterior, supunha uma avaliação positiva das perspectivas futuras e, nessa avaliação, o fator fundamental era o grau de proximidade da família do núcleo do poder político. Em geral, a utilização da estratégia de iniciar a carreira em escolas um pouco mais distantes, nos "arrabaldes" da cidade, supõe uma avaliação menos otimista do poder de barganha da família.

Uma quarta situação era a mais difícil de ser enfrentada. Algumas professoras foram obrigadas a se deslocar de sua cidade, morar em outra cidade ou município, porque, dadas as condições da família, fora impossível obter lugar de professora na cidade ou em seus arrabaldes. Esse deslocamento foi consequência de sua origem social. Em geral, ela precisava trabalhar porque seu salário era necessário.

Esse deslocamento se fez, para as professoras, ainda sob a proteção da família. Muitas delas foram trabalhar em escolas rurais, nas fazendas. Lá elas permaneciam durante a semana de trabalho, retornando à casa paterna nos fins de semana. Em geral havia uma relação entre o pai ou irmão e o empregador, de tal forma que a professora tinha suas origens, seu núcleo de proteção identificados pelo patrão (fazendeiro) ou pelas

famílias do local onde trabalhava. Ela não era uma desconhecida, era a filha ou a irmã de fulano de tal.

E, por último, uma situação que podia ser considerada limite em relação à condição feminina. A professora, tendo em vista a necessidade de ganhar dinheiro, de um lado, e a falta de capital social da família de outro lado, foi obrigada a ultrapassar os limites da proteção considerada necessária à mulher. Era, com certeza, "perigoso" para ela enfrentar outra cidade, sozinha, sem a proteção da família, sendo obrigada a morar em pensões, alugar um quarto na casa de desconhecidos, ou, então, manter, sozinha ou com outra colega, uma casa onde só viviam mulheres. Ela podia, então, se não se cuidasse, construir uma reputação duvidosa. Os perigos dessa situação são insinuados por Maria Rosa, ao confessar ter-se casado para não enfrentá-los. Ela era filha de um administrador de fazenda.

Maria Rosa só começou a trabalhar em escola aos 24 anos. Após a conclusão do Curso Normal, não conseguiu lugar para lecionar perto da família e, para longe, o pai não deixava que ela fosse. Ficou em casa bordando, costurando e "também dando aula particular", até que um tio conseguiu sua nomeação para Fidalgo, onde ele morava. Ela precisava trabalhar, porque o pai "estava numa situação muito precária". Ela mandava dinheiro para ajudá-lo nas despesas, roupas para os irmãos.

Depois de dois anos, o tio adoeceu e mudou-se, ela foi morar na casa dos parentes da mulher do tio.

"Então eu fiquei na casa dele, mas eu vi que não convinha, porque ele também tinha muito filho e era aquela vida muito alvoroçada. Eu falei: - ô gente, eu não posso ficar assim. O que eu posso fazer? largar meu serviço eu não podia, porque eu precisava, né? Se eu largasse o quê que ia fazer? Não podia, só se eu fosse lavar roupa... mas eu já tava educada, não ia fazer uma coisa dessas. Lavar roupa pros outros, cozinhar era a única maneira que eu tinha, eu falei: - o jeito que tem é eu dar um jeito na minha vida, porque eu não posso ficar assim". "Pagava pensão na casa dele. Eu ganhava 100 mil réis e pagava 75 mil réis de pensão por mês: só comida e cama. Então eu falei: - o que é que eu posso fazer? E apareceu esse moço que era sobrinho dele, desse homem que eu tava na casa dele. E eu não tinha muito costume com ele. E ele apresentou porque ele ia casar comigo e eu na necessidade. Eu casei mais por necessidade". "Eu não tinha outro jeito, porque eu tinha muito medo do povo falar do meu nome, né? Tinha muito medo mesmo, né?"

Também exemplar dessa discussão é o depoimento de Rosa, que nasceu em Perdões, em 1.900. O pai era Juiz de

Paz. Rosa não concluiu o Curso Normal. A mãe não queria que ela fosse professora primária, porque as mulheres que assumiam essa profissão sofriam demais:

"A mãe não queria as filhas fora de casa: - não! minhas filhas só saem de casa depois de casadas, mas enquanto eu estiver viva, enquanto forem solteiras, dentro de casa. Ai! eu fui ser professora sem ela querer".

Rosa conta como a decisão de ser professora surgiu:

Então, um dia, eu fiz, eu rezei, pedi muito a Nossa Senhora que me abrisse meu caminho; como é que havia... como eu havia de fazer. Ou me desse um bom marido, ou me desse um jeito de ganhar a vida, assim, pra mim viver independente. Veio a escola, eu aceitei. Foi o que veio, né? Eu pedi e assim veio".

Rosa começou a trabalhar entre 18 e 20 anos, como professora de trabalhos manuais em uma fazenda. Percorreu um caminho acidentado em sua carreira, com um Curso Normal interrompido e passagem por várias escolas. Em uma delas, em Divinópolis, ela sofre o assédio de político:

"A política virou, aí, foi sacrifício, briga com o Prefeito, não é? Aquele político me ajudava sempre, fez tudo por mim, perdeu a política. Ou ele perdeu ou o partido perdeu, já esqueci como era. Eu sei que aí fiquei trabalhando lá dentro da cidade mesmo, quando entrou o Dr. Luiz. Dr. Luiz me chateava demais. Certas coisas a gente não deve falar, porque está gravando. Me chama na janela, conversa... conversa... no centro, na Av. Independência. Morava no centro da cidade. Conversa... conversa, vai... pra lá... volta, me chama na janela, conversa... conversa comigo... vai embora. Passa um bocado de tempo vai pra lá! Eu falei com Maristela (a irmã): - esse homem está me chateando demais! O povo daqui de Divinópolis sabe como vivemos; sabe que somos nós. Mas vendo aqui, esse homem conversar comigo na janela, o que eles vão dizer de mim? Eu vou dar um basta no dr. Luiz!"

"Já tinha lá várias (professoras) na língua do povo com ele. A gente... éramos duas moças, tínhamos que cortar isso, não é?"

2 Informações recolhidas junto a pessoas que viveram no meio rural indicam que àquela época não era incomum a existência de relações amorosas entre professoras rurais e fazendeiros

Ameaça à moral era provavelmente o que enfrentavam as professoras, como Rosa, obrigadas, por necessidades econômicas e sem a proteção política que lhes daria um lugar de trabalho próximo à família, a trabalhar longe de casa. Sair de casa sem ser casada, como dizia a mãe de Rosa, era perigoso para uma moça.

O que se pode concluir, após a apresentação das possibilidades diversas de iniciar a carreira, é que existiam diferenças no exercício da profissão. Se, para algumas, ela se articulava de forma adequada com as necessidades decorrentes das normas que condicionavam os limites do espaço da mulher, para outras, ela foi vivida de forma mais "perigosa". Pode-se dizer que, para elas, havia tensão entre condições do gênero e classe. Enquanto a condição econômica permitia, as interdições que estabeleciam os limites do espaço do feminino eram, necessariamente, obedecidas. Na situação-limite, porém, em que as condições de sobrevivência ou as dificuldades de ordem econômica se impunham como prioritárias, aquelas interdições tornavam-se mais fluidas.

É verdade que, para a maioria das entrevistadas, essa situação-limite não se apresentou, como se pode ver pelo quadro a seguir.

Profissão do Pai	Local do Primeiro Emprego		
	Na periferia da cidade	Em local próximo, sob proteção familiar	Em outro lugar
Fazendeiros	4	3	-
Profissionais Liberais	4	-	1
Comerciantes	6	2	2
Funcionários Públicos	6	1	-
Outros Trabalhadores Urbanos	-	2	4
TOTAL	20	8	7

Como era de se esperar, nenhuma filha de fazendeiro precisou sair do espaço de proteção familiar no início da carreira, enquanto a quase totalidade das professoras agrupadas na categoria de outros trabalhadores urbanos, ou seja, aquela que, nitidamente, vivia em condições econômicas mais precárias, foi obrigada a enfrentar o primeiro emprego em circunstâncias mais adversas.

A respeitabilidade da profissão e sua adequação à vida da mulher, era, como se vê, possível e, freqüentemente, concretizada através de estratégias que supunham capital social e econômico. Mas não a regra geral. Em situações-limite, do ponto de vista material, ser professora podia ser atividade "perigosa" para a mulher².

6 - Trajetórias - os caminhos não são iguais para todas

Nos itens anteriores, foi privilegiada, como objeto de discussão, a fase inicial das carreiras das professoras, de forma a poder entender por que elas começaram a trabalhar e que significado teve, para elas, a adoção da profissão.

É interessante, agora, apontar, de forma sintética, os seus percursos profissionais em relação ao salário, indicador fundamental para a compreensão do significado da carreira. O motivo por que elas começaram a trabalhar já foi indicado. Como se viu, anteriormente, algumas professoras, ao começar a trabalhar, dependiam do salário. Outras, ao contrário, não dependiam dele para sobreviver. Como evoluíram essas duas situações?

O termo dependência, aqui, é utilizado para designar as situações daquelas professoras que representavam a fonte principal de recursos para a manutenção do núcleo familiar e para aquelas cujo salário, apesar de não ser a fonte principal, era indispensável.

As 32 professoras que se mantiveram na carreira até a aposentadoria começaram a trabalhar nas seguintes situações: 17 - não dependiam do salário; 15 - dependiam do salário.

No decorrer da carreira, essas situações foram alteradas na seguinte direção: 17 - não dependiam; 8 continuaram a não depender do salário, e 9 passaram a depender do salário; 15 dependiam; 11 continuaram a depender do salário, e 4 passaram a não depender do salário.

Ao final da carreira, vinte professoras dependiam do salário para sobreviver, um número um pouco maior em comparação com a fase inicial.

As alterações decorreram de casamento, perda do pai, perda do marido. O casamento funcionou como impulso para melhoria das condições de vida em quatro casos: o salário, que era necessário quando solteiras, para essas quatro professoras deixa de sê-lo, mas isso não as levou a interromper a carreira; todas elas casaram-se bastante tarde para os padrões da época: aos 25, 30, 33 e 40 anos. Não é, porém, a idade em que se casaram que pode explicar a permanência na carreira. Uma das entrevistadas que interrompeu a carreira também se casou mais tarde.

Na direção inversa, duas professoras que não dependiam de salário, após o casamento, passaram a depender. Seus maridos ganhavam pouco e tinham necessidade de contribuição do salário da mulher. Esse tipo de inversão do significado do salário aconteceu, também, em número maior, na trajetória das professoras que se mantiveram solteiras. Cinco encontram-se nessa situação. Quando começaram a trabalhar, o salário não era necessário, já que viviam com os pais, com situação econômica boa. Como não se casaram, após a morte dos pais, o salário de professora passou a ter importância para sua subsistência.

O significado do salário, de acordo com a origem da professora, pode ser observado no quadro a seguir.

Importância do Salário Durante a Carreira

Profissão do Pai	Nunca dependeu	No início não dependia, depois não dependia	No início não dependia, depois dependia	Sempre dependeu
Fazendeiro	4	-	2	-
Profissional Liberal	1	1	1	2
Comerciante	2	2	3	2
Funcionário Público	1	-	3	2
Outros Trabalhadores Urbanos	-	1	-	5
TOTAL	8	4	9	11

É interessante relacionar, nessas quatro situações quantificadas, duas variáveis: época do início da carreira, estado civil e, no caso das casadas, se o casamento aconteceu cedo ou relativamente tarde na vida delas.

Nunca dependeu do salário:

- 4 começaram a trabalhar cedo e casaram-se antes dos vinte e dois anos;
- 3 começaram a trabalhar tarde e casaram-se tarde;
- 1 começou a trabalhar cedo e permaneceu solteira.

No início da carreira, dependia do salário, e depois não:

- 3 começaram a trabalhar cedo e casaram-se mais tarde;
- começou a trabalhar tarde e casou-se depois.

No início da carreira, não dependia do salário e depois passa a depender:

- 1 começou a trabalhar cedo e casou-se cedo;
- 4 começaram a trabalhar cedo e permaneceram solteiras;
- 1 começou a trabalhar tarde e permaneceu solteira;
- 3 começaram a trabalhar tarde e casaram-se mais tarde.

Sempre dependeu do salário:

- 4 começaram a trabalhar cedo e permaneceram solteiras;
- 3 começaram a trabalhar cedo e casaram-se cedo;
- 2 começaram a trabalhar cedo e casaram-se tarde;
- 1 começou a trabalhar tarde, depois de casada;
- 1 começou a trabalhar tarde, depois que perdeu o marido.

Sintetizando o ritmo e a articulação das ocorrências mais significativas, para este estudo, podem ser apontadas algumas trajetórias, consideradas básicas, entre as entrevistadas. A partir dessas trajetórias, seria possível reescre-

ver todo este trabalho. Elas poderiam servir de eixo condutor para a apresentação das entrevistas coletadas. São seis as trajetórias.

Trajetória 1

Professoras que começaram a trabalhar cedo, logo após a conclusão do Curso Normal. Conseguem, sem dificuldades, lugar na escola primária da cidade onde vivem suas famílias. Casam-se cedo, ou, pelo menos, até os vinte e dois anos. O salário, para elas, nunca foi importante na manutenção da família de origem, nem da do casamento.

Trajetória 2

Professoras que começaram a trabalhar mais tarde, depois dos vinte anos, ainda solteiras. Algumas não fizeram Curso Normal. Não tinham necessidade de salário. Casaram-se tarde. Nunca dependeram do salário para sobreviver.

Trajetória 3

Professoras que começaram a trabalhar cedo, ou um pouco mais tarde. Algumas não fizeram Curso Normal. No início, não dependiam do salário e passaram, depois, a depender, ou porque se casaram com homens que precisavam da sua contribuição financeira para sustentar a casa, ou após a morte dos pais, tendo permanecido solteiras.

Trajetória 4

Professoras que começaram a trabalhar mais tarde, por necessidade financeira, em decorrência da perda do pai ou do marido, ou, ainda, em decorrência da situação do marido, com o qual se casaram mais tarde.

Trajetória 5

Professoras que começaram a trabalhar cedo, para ajudar a família. Casaram-se, cedo ou tarde, e o salário de professora continuou sendo indispensável à economia do casal.

Trajetória 6

Professoras que começaram a trabalhar cedo, para ajudar o pai. Não se casaram. Seu salário foi sempre necessário para a composição da renda familiar, ou para sua própria manutenção.

7 - Observações finais

Em primeiro lugar é necessário lembrar que as reflexões aqui apresentadas, retiradas das análises dos depoimentos coletados nessa pesquisa aplicam-se ao grupo estudado. A partir, no entanto, dessas reflexões é possível dialogar com a produção teórica existente sobre o tema e levantar hipóteses de trabalho que merecem ser aprofundadas.

A vida da professora primária, nas primeiras décadas do século, não parece se reduzir a um estereótipo. Ela se diversificava, com certeza, em função do capital econômico e social da família de origem. A profissão podia ser assumida,

é verdade, de forma mais tranquila, em acomodação com o papel social que a mulher deveria desempenhar àquela época. Para que isso acontecesse era necessário contar com o prestígio da família ou o apoio e a proteção da família ou do clero. Mas essa harmonia nem sempre foi atingida pelas professoras. Muitas professoras tiveram que enfrentar situações em que aquela acomodação não estava garantida.

Essa acomodação pode ser colocada em discussão mesmo para algumas professoras primárias que pertenciam a famílias cujo capital econômico e social contribuía para proteger suas trajetórias. Enquanto ser normalista era o valor incontestável, ser professora já podia colocar problemas à mulher. Com frequência a literatura tende a confundir os dois conceitos e tratá-los de forma indiferenciada. Um dos depoimentos exemplifica bem a diferença entre eles. É o da filha de fazendeiros mas cuja família estava articulada ao poder político estadual, compunha a elite política mineira, destacando-se, por isso das demais filhas de fazendeiros. Para sua família a realização do Curso Normal inscreveu-se naturalmente no projeto de educação da filha. No entanto sua decisão de lecionar encontra oposição do pai. Oposição relativa, é bem verdade! Oposição maior ela enfrentou quando decidiu vir para Belo Horizonte fazer o curso de aperfeiçoamento. Do outro lado da escala social uma outra professora, filha de lavadeira, também não encontrou forte estímulo da mãe ao se decidir pela carreira. Ela lhe disse que professora sofria muito.

A leitura dos depoimentos sugere que as professoras primárias daquela época se distanciavam, ou, pelo menos, procuravam distanciar-se, ao assumir a profissão, do padrão doméstico que estava reservado às mulheres de seu tempo.

O trabalho, frequentemente, para essas professoras, foi procurado ou como forma de obtenção de ganhos econômicos necessários à manutenção da família ou como forma de ampliar os limites do espaço doméstico a que se confinavam as mulheres.

A proclamada acomodação entre os papéis profissionais e femininos para a professora primária, na verdade, merece ainda discussão.

Como aceitar as afirmações frias e gerais que explicam a feminização do corpo docente como uma continuidade entre os papéis domésticos e profissionais? É verdade que existe essa continuidade. É verdade que o exercício do magistério poderia ser acompanhado das cautelas protetoras da mulher. Contudo, é verdade também que, no âmbito dos parâmetros sociais da época, ser professora primária permitia assumir profissão ou ampliar o espaço vital. Em ambos os casos, a situação é ambivalente. Era possível ser professora, porque a função de professora mantinha proximidade com os padrões domésticos; mas ser professora permitia, também, um gesto de liberação da mulher de classe dominante e da classe média. Era a revolução feminina possível.